

Para uma história dos preços do período colonial: questões de método

About a price history of colonial Brazil; methodological issues

Angelo Alves Carrara*

Artigo recebido e aprovado em março de 2008

Resumo:

A história dos preços no Brasil não é gênero que tenha cativado a muitos historiadores. No entanto, muitos pesquisadores têm nos últimos anos procedido ao estabelecimento de séries de preços como recurso axial ou auxiliar, em particular para o período posterior a 1808, mas o mesmo não ocorre para os séculos XVII e XVIII. Este trabalho pretende sistematizar algumas questões de método relativas à construção de séries de preços, com especial atenção para as possibilidades de estabelecimento de um fator de conversão para algumas moedas estrangeiras do período.

Palavras-chave:

história de preços; Brasil colônia; taxa de câmbio

Abstract:

Price history in Brazil is not a theme that have attracted many historians. However, many researchers have in the last few years proceeded to building price series as a central resource, namely to the period after 1808, but the same is not true for the seventeenth and eighteenth centuries. This article aims at introducing some methodological issues concerning the building of price series, with special attention to the possibilities of constructing a conversion factor to some currencies in the period.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora

Sem a história dos preços e dos salários, a História Econômica é incompleta.¹

A história dos preços no Brasil não é gênero que tenha cativado a muitos historiadores. No entanto, muitos pesquisadores têm nos últimos anos procedido ao estabelecimento de séries de preços como recurso axial ou auxiliar em suas pesquisas, em particular para o período posterior a 1808, para o qual conta-se, inclusive, com séries referentes à taxa de câmbio. O mesmo não ocorre para os séculos XVII e XVIII, para os quais muito há ainda de ser feito. Este trabalho pretende sistematizar algumas questões de método relativas à construção de séries de preços, com especial atenção para as possibilidades de estabelecimento de um fator de conversão para algumas moedas estrangeiras do período.

Como bem destacou R. van Uytven, desde o advento da História Econômica a História dos preços tem desempenhado um papel importante.² Mas apesar de os textos inaugurais datarem do século XIX, admite-se unanimemente que o esforço pela consolidação da importância do estudo dos preços para a História Econômica foi alavancado entre 1930 e 1933 no âmbito do *International Scientific Committee on Price History* (doravante ISCPH) cujos membros assumiram a tarefa de publicar séries cronológicas de preços e salários de seus países de origem sob uma metodologia comum, para facilitar a comparação dos dados. Os primeiros resultados apareceram entre 1934 e 1939 para a Polônia, França, Alemanha, Estados Unidos, Espanha e Grã-Bretanha. A Segunda Guerra interrompeu os contatos internacionais do comitê, mas após seu término foram publicados novos volumes para a Holanda, Espanha, Polônia, Estados Unidos e Dinamarca. Um compromisso importante assumido na conferência original do comitê, realizada em maio de 1930 foi o de que os sumários de

1 BEVERIDGE, William (Sir). *Prices and wages in England from the twelfth to the nineteenth century*. Londres: Longmans, Green & Co., 1939, p. liv.

2 UYTVEN, R. van de. Prijsgeschiedenis. In: BAUDET, H. & MEULEN, H. van der. *Kernproblemen der economische geschiedenis*. Groningen: Wolters-Noordhoff, 1978, pp. 64-75, p. 64. O autor passa em revista os textos mais importantes da crítica à História dos Preços.

todas as obras, bem como cópias das tabulações dos extratos originais deveriam ser mantidos num escritório central para referência durante a elaboração das obras, e por fim arquivados em alguma biblioteca pública acessível aos estudantes, o que foi feito.³

Contudo, um esforço paralelo e independente fundou uma outra tradição – tanto no que se refere às fontes utilizadas quanto à metodologia também nos anos 1930 por Ernest Labrousse.⁴ Em certa medida, também os propósitos eram algo diferentes. Portanto, a primeira advertência a ser feita aqui é esta: finalidades, fontes e metodologias associadas a estudos particulares de história dos preços diferem em razão da perspectiva adotada por cada pesquisador. De qualquer maneira, passados três quartos de século, cabe perguntar se continuam válidos os procedimentos originalmente adotados tanto pelo Comitê quanto por Labrousse. Em grande medida, é isto que aqui se analisa.

1. Propósitos

Para demonstrar a validade do primeiro ponto destacado acima, tomarei o exemplo dado por Enrique Florescano, filiado à tradição labrousseana. Este Autor assinalou em seu estudo sobre o movimento dos preços do milho na Cidade do México que a reconstituição de uma série de preços não é um fim em si mesmo. Esta afirmação pode ser unanimemente aceita por pesquisadores de ambas as tradições. Mas o texto que vem em seguida soará pouco familiar aos filiados à tradição beveridgeana: para Florescano, a história dos preços corresponde a uma *História das Flutuações Econômicas*, a um conjunto de operações preliminares – determinação das *flutuações cíclicas de longa, média e curta duração* – entendidas como uma introdução ao estudo das *flutuações sociais* dos grupos humanos que experimentam estas mudanças.⁵ O emprego das palavras em itálico na frase anterior não implica, obviamente, em

3 COLE, Arthur H. & CRANDALL, Ruth. The International Scientific Committee on Price History. *The Journal of Economic History*, vol. 24, no. 3 (Sept. 1964), pp. 381-8. Alguns dos volumes para cada país participante também narram as circunstâncias que envolveram sua elaboração. Uma relação das obras mais importantes é apresentada no final deste estudo.

4 LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*. Paris: Dalloz, 1933.

5 FLORESCANO, Enrique. *Precios del maíz y crisis agrícolas en México: 1708-1810*. Cidade do México: Ediciones Era, 1986, p. 15 (1. ed. El Colegio de México, 1969).

propósitos necessariamente divergentes. Trata-se antes de um vocabulário nascido de perspectivas teóricas diferentes – mas, repita-se, não necessariamente divergentes. Como se destacou numa obra filiada à tradição beveridgeana, antes como agora, “o objetivo continuando sendo lançar luz nova sobre o problema crucial correspondente ao nível de vida geral do homem comum”, em particular para os anos que antecederam a introdução das estatísticas públicas nos 1800”.⁶

As séries de preços e de salários têm sido construídas com os propósitos preferenciais de se conhecer o nível de vida da população num determinado período ou avaliar o desempenho da economia. Foram estes os objetivos que nortearam o trabalho tanto dos participantes do ISCPH – ou dos que muito de perto adotaram sua metodologia, quanto os de Labrousse para a França, Florescano para o México, Romano para Nápoles, e, no Brasil, os de Kátia Mattoso para Salvador e Harold Johnson para o Rio de Janeiro.

Para a América Latina, as séries de preços têm servido com maior preferência ao propósito de apreciar a evolução da produção agrícola e pastoril, bem como a estrutura e o funcionamento dos mercados, como, por exemplo, os estudos de Ruggiero Romano sobre os preços no Chile, e os de Marcel Haitin, para o Peru. As conclusões apresentadas por Ruggiero Romano, com base nos preços “estagnantes e mesmo com tendência de baixa” que encontrou para Santiago no século XVIII, estão na origem do clássico debate da historiografia hispano-americana, travado com Carlos Assadourian. Contudo, estas conclusões divergem das que José Manuel Larrain Melo apresentou em um excelente estudo sobre o movimento de preços em Santiago do Chile entre 1749 e 1808. Este Autor encontrou um movimento de alta para os preços dos alimentos, e de estabilidade para os demais, o que altera de maneira importante os resultados de Romano. Já Marcel Haitin encontrou uma tendência de alta prolongada dos preços no Peru para as décadas finais do século XVIII e iniciais do XIX, o que lhe permitiu questionar a noção de decadência secular desta região. Em vez disso, Haitin encontrou um setor rural relativamente vigoroso, especialmente após 1776 até 1812, quando a expansão da produção da prata em Hualgayoc e Cerro de Pasco favoreceu e estimulou o desenvolvimento das economias regionais e o crescimento da demanda local por bens industriais e de consumo. Os preços em alta estimulavam os fazendeiros a produzir mais, impulsionando a produção. Um longo refluxo dos

6 ANDERSEN, Dan H. & PEDERSEN, Erik Helmer. *A History of Prices and Wages in Denmark, 1660-1800*; prices and wages in Danish estate account. Copenhagen, 2004, vol. 2.

preços, pelo contrário, significaria contração econômica: a diminuição prolongada dos preços tenderia a diminuir o benefício até o período de estagnação.⁷ Uma variante nesse objetivo é medir a capacidade de abastecimento do setor agrícola numa economia dominada pela mineração. Para Minas Gerais, os dados demonstraram ou uma tendência de baixa, ou uma estabilidade a um nível baixo dos preços dos gêneros agrícolas e pecuários na Capitania de Minas, ao contrário da idéia da inflação na qual a Capitania estava imersa. Nesse sentido, o movimento de preços da Capitania mostrou que desde muito cedo a atividade agrícola e pecuária foi capaz de atingir um nível de rendimento que permitiu a estabilização dos preços dos gêneros destinados ao abastecimento.

As séries de preços também podem fornecer um deflator para a série de tributos incidentes sobre gêneros agrícolas e pastoris, como os dízimos, isto é, medir os movimentos de crescimento ou diminuição da produção total, com base nas séries dos dízimos. Aqui o procedimento é simples: basta dividir o valor correspondente a este tributo pelos preços médios dos gêneros sujeitos ao seu pagamento. Se a curva resultante descrever um movimento de alta, a produção de fato aumentou; se, do contrário, tender à baixa, a produção diminuiu, mesmo que os valores cobrados do tributo de um ano para outro tenham se elevado. Os preços são determinantes nesta equação, portanto. Dito de outra forma, os índices de preços agropecuários seriam válidos para deflacionar as cifras da arrecatação do dízimo, e, dessa forma, produzir estimativas da evolução da produção agrícola, como o fez Marcelo Carmagnani para o Chile.⁸

Por fim, deve-se enfatizar que sozinhos, os preços não são capazes de fornecer dados suficientes para descrever processos econômicos ou estruturas mais amplas. Logo, a história dos preços exige dos pesquisadores a obtenção de informações adicionais que esclareçam os significados das variações de preços encontradas na documentação.⁹

7 HAITIN, Marcel. Prices, the Lima market, and the agricultural crisis of the late eighteenth century in Peru. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, v. 22 (1985), pp. 167-98.

8 CARMAGNANI, Marcelo. La producción agropecuaria chilena; aspectos cuantitativos, 1680-1830. *Cahiers des Amériques Latines*, vol. 3, Paris, 1969.

9 KLEIN, Herbert S. & ENGERMAN, Stanley J. Methods and meanings in price history. In: JOHN SOH, Lyman L. & TANDETER, Enrique. *Essays on the price history of eighteenth-century Latin America*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1990, p. 10.

2. Fontes e metodologias para a composição das séries de preços

Tendo em vista os diferentes propósitos a que as séries de preços podem atender, deve-se, antes de tudo, concordar com Herbert Klein e Stanley Engerman: não há um único método de história de preços adequado a todas as questões. Há, contudo, alguns **procedimentos** que se mantêm como **obrigatórios** para todos que se lançam na tarefa de construir séries de preços, isto é, os procedimentos estabelecidos e adotados pelos integrantes originais ISCPH, em 1930. É por esta razão que quase todos os trabalhos sobre o tema adotam como parâmetro a metodologia descrita por William Beveridge na introdução da sua obra. Apesar de não haver concordância plena quanto a vários dos preceitos postos em prática por cada autor, a solidez de suas obras tem sido medida por meio ao menos dos seguintes critérios:

- I. as séries devem ser construídas a partir de uma mesma fonte;
- II. as mercadorias constantes da série devem ter a mesma qualidade;
- III. os preços devem referir-se a mercadorias registradas com a mesma medida;
- IV. os preços devem ser expressos em moeda corrente da época;
- V. o valor dos salários devem ser dados para trabalhos e atividades comparáveis.

Séries que misturam dados de diferentes fontes, nas quais não há certeza quanto às mercadorias possuírem a mesma qualidade ou cujos registros são feitos em diferentes medidas têm sido severamente criticadas e, conseqüentemente, rejeitadas. Claro está que algumas vezes a fusão de dados de fontes diferentes é plenamente autorizada. Ruggiero Romano, por exemplo, uni em uma só tabela dados extraídos de fontes diferentes porque constatou que “gli anni in cui la documentazione si accavalla... i dati si presentano assolutamente identici, senza alcuna eccezione”.¹⁰

Contudo, um preceito adotado pelos membros do ISCPH tornou-se objeto de uma controvérsia em alguma medida ociosa: o que estabelece as **fontes preferíveis** – senão as únicas capazes de revelar uma série de preços de mercadorias efetivamente comercializadas num

10 Romano, Ruggiero. *Prezzi, salari e servizi a Napoli nel secolo XVIII (1734-1806)*. Milão: Banca Commerciale Italiana, 1965, p. 24.

mesmo lugar e com a mesma finalidade. Como consequência, as fontes mais capazes – senão as únicas – de atender a este requisito para o período anterior ao século XIX são os registros contábeis das instituições eclesiásticas e hospitalares ou das casas senhoriais. De fato, apesar de Beveridge ter evitado o uso de preços legais máximos, alguns poucos preços registrados contemporaneamente para um mercado particular, como para a determinação da siza do pão ou da cerveja, foram incorporados a suas tabelas. Contudo, a tradição anterior que propugnava o uso de preços legais máximos foi retomada de maneira extremamente consistente por Ernest Labrousse, na mesma época das reuniões do ISCPH, e a partir de então ganhou novos adeptos que elaboraram séries clássicas. A possibilidade de uso simultâneo desses dois tipos de documentos, uma série a controlar a outra, é bem menos comum. Na verdade, raras vezes o pesquisador pode dar-se ao luxo de optar entre uma e outra. O que ocorre de fato é lançar-se mão do material que se acha disponível.¹¹ As fontes do primeiro tipo foram utilizadas por todos os membros do Comitê original, sobressaindo-se nesse conjunto o trabalho de Earl J. Hamilton, para a Espanha. As do segundo tipo, menos comuns, se celebrizaram na obra de Ernest Labrousse, e foram também empregadas por Enrique Florescano, para o México, e por mim, para Minas Gerais.

À primeira vista, poder-se-ia pensar que esta metodologia estivesse condenada a circunscrever-se exclusivamente à realidade dos países europeus, nos quais estas fontes se achavam disponíveis. Contudo, Şevket Pamuk construiu suas séries com base em dados coletados em mais de 6000 livros contábeis e listas de preços para Istanbul e para outras cidades importantes do Império Otomano, do século XV ao XX, bem como os preços pagos por muitas instituições pias (*vakıf*) tanto pequenas como grandes, e suas cozinhas (*imaret*), livros de contas do palácio Topkapi e sua cozinha, bem como preços máximos oficialmente estabelecidos (*narh*) para os produtos de consumo básico na capital.¹²

11 BEVERIDGE, William. *Price and wages in England from the twelfth to the nineteenth century*. Londres: 1939; LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII^e siècle*. Paris: Dalloz, 1933. (Trad. espanhola: *Fluctuaciones económicas e historia social*. Madrid: Tecnos, 1980; VILAR, Pierre. *Crecimiento y desarrollo*. Barcelona: Ariel, 1983 [1964], especialmente p. 166.

12 PAMUK, Şevket. Prices in the Ottoman Empire, 1469-1914. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 36, pp. 45-68 (2004). As listas completas dos documentos arquivísticos usados em seu estudo encontram-se disponíveis numa base anual como apêndices em PAMUK, Şevket. *Istanbul ve Diğer Kentlerde 500 Yıllık Fiyatlar ve Ücretler, 1469-1998*. Ankara: State Institute of Statistics, 2000.

Pierre Villart também levantou objeções à preferência exclusiva de Hamilton pelos livros de contas dos hospitais, das comunidades religiosas e por vezes (sobretudo para os salários) da construção dos grandes edifícios, como o do Palácio Real de Madrid. É compreensível que Hamilton tenha preferido, ante a abundância e a continuidade dos livros de contas eclesiásticos e dos hospitais – melhor conservados em Espanha que em parte alguma – não utilizar nenhum dado que não for destes livros, salvo a título puramente complementar ou informativo. Fora da Espanha a solução não seria necessariamente a mesma, já que os documentos oficiais costumam ser mais seguros e abundantes. Villar reconhece que os preços recolhidos fossem certamente os da última operação comercial sobre a mercadoria. Mas como qualificá-los? Como preços de consumo, de varejo, ou de preços de “mercado”? Para o Autor, na realidade nem um nem outro totalmente. Hamilton toma suas precauções para não alterar a homogeneidade de suas séries, mas conhece porventura suficientemente, para fazê-lo com segurança, as modificações dos preços concertados segundo as quantidades vendidas, as incidências dos custos de transporte, as convenções possíveis entre os hospitais ou as comunidades religiosas e seus provedores? O interesse dos preços de consumo estriba em que permitem estimar melhor o custo de vida proporcionalmente aos salários, mas até que ponto pode dizer-se que os preços tomados nos hospitais coincidem com os que paga a dona de casa para seus gastos cotidianos? Por outro lado, os preços pagos pelos consumidores, mais “concretos” que os preços oficialmente registrados para as vendas por atacado, permitem um cálculo menos exato das entradas efetivas de dinheiro nas arcas do produtor, das que depende a acumulação de benefícios. Mas era acaso possível obter com segurança os preços assim pagos, seja pelo consumidor ordinário, seja pelo produtor?¹³

Como disse, esta discussão em larga medida ociosa foi ultrapassada por razões de ordem prática. Recentemente, os responsáveis pelo *Danish Price History Project* salientam que o segundo volume da história dos preços para a Dinamarca continua e completa a grande tarefa de pesquisa e coleta de dados iniciada imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial com o primeiro volume, então a cargo de Astrid Friis e Kristof Glamann, e publicado em 1958.¹⁴ Segundo a tradição estabelecida pelo ISCPH, no

13 VILLAR, Pierre. Histoire des prix, histoire générale: un nouveau livre de E. J. Hamilton. *Annales (Economies, Sociétés, Civilisations)*, 1949, pp. 29-46.

14 ANDERSEN, Dan H. & PEDERSEN, Erik Helmer. *A History of Prices and Wages in Denmark, 1660-1800*; prices and wages in Danish estate account. Copenhagen, 2004, vol. 2.

arquivo do *Danish Price History Project* do Departamento de História da Universidade de Copenhague estão custodiados os arquivos e transcrições originais, vários ensaios sobre história de preços, bem como um extenso *corpus* documental sobre preços e salários provenientes das igrejas, autoridades locais e companhias de comércio de Copenhague, até o momento inédito. Porém, a situação das fontes dinamarquesas apresenta consideráveis diferenças em relação a outras histórias de preços, em particular devido a que os arquivos na Dinamarca não contêm as extensas séries de registros de organizações duradouras tais como hospitais e instituições de caridade eclesiais. Por isto, o comitê dinamarquês fez uso extensivo de material comparável das propriedades dinamarquesas. Foram extraídos dados também de igrejas e tesourarias provinciais, e de Copenhague foram minerados os arquivos das companhias de comércio.

A natureza fragmentária de boa parte do material, contudo, causou considerável dificuldade aos responsáveis pelo projeto. Nenhuma das contas das propriedades continham dados contínuos de 1660 a 1800, o que tornava impossível compilar séries completas de preços e salários do período em questão. De fato, só o período de 1730 a 1800 pôde ser coberto de forma razoavelmente satisfatória. A integralidade das séries de preços dependiam de a propriedade ter mudado ou não de mãos ou de mudanças administrativas ou operacionais feitas no período. Haveria, por exemplo, uma diferença significativa no número de preços para produtos agrícolas se uma propriedade fosse cultivada pelo proprietário ou pelo arrendatário. Se uma propriedade houvesse comprado sementes num dado ano, isto influenciaria naturalmente a frequência com a qual os custos eram registrados.

Porém, algumas **inovações metodológicas** tornavam este segundo volume muito diferente de outras histórias de preços, por **publicar preços e salários “reais”, tais como eram encontrados em transações cotidianas** nos campos dinamarqueses, entre 1660-1800. Com este procedimento, os autores pretendem que se elucide o tipo de escolhas e transações feitas a todo o tempo na vida real. Como os autores advertem, este realismo, contudo, tem um preço. O objetivo é o de publicar o tipo de transações que tiveram lugar num número selecionado de senhorios, e neste sentido, **o senhorio, não os gêneros ou as séries de preços, está no centro**. Dessa maneira, como para além dos gêneros mais comuns, longas e contínuas séries de preços são raras, e em virtude de que os preços de um determinado gênero cobrem e representam um

Para uma história dos preços do período colonial: questões de método

vasto espectro de qualidades e situações, os preços médios foram tomados apenas como um artifício necessário. Por esta razão foi dada especial atenção aos tipos de gêneros, sua qualidade, e o ambiente econômico e social no qual eles trocavam de mãos. Não há, portanto, séries de preços para gêneros da mesma qualidade, mas exemplos de transações envolvendo bens de qualidades e denominações do melhor para o melhor. O preço médio é um compósito destes. Num sentido, é de fato um preço artificial, mas num outro, é muito realista, já que o comprador ou vendedor normalmente encontrariam estes níveis de qualidade ao longo dos anos de transações. Isto significa que qualquer uso das tabelas deveria envolver uma verificação da base de dados original, e informar como os bens em cada transação são denominados. Para alguns gêneros, diferenças na qualidade e preço são enormes, como ocorre com os cavalos – o mais barato em 1799 foi avaliado a 96 skillings, e o mais caro foi comprado por 12.672 skillings. Se um preço não é resultante de uma venda ou compra pura, mas envolvendo outros pagamentos (por exemplo, taxas senhoriais), ele foi também excluído do preço médio. Tais transações estão ainda na base de dados original no website do projeto. Na descrição dos bens, é assinalado sob cada bem se há preços não incluídos no preço médio. Assim, muita atenção deve ser prestada ao se presumir um preço médio ou salário, ou se postular tendências gerais. Em decorrência destes pressupostos, introduziu-se outra inovação de ordem metodológica – que considero extremamente importante, pelo alcance de suas conseqüências – no que respeita a **coleta e apresentação dos dados**: no volume impresso, os preços foram publicados em tabelas de médias ponderadas, enquanto que os **dados originais devem ser publicados na página do projeto na internet**. De acordo com o requisito de que os dados coletados devem ser continuamente avaliados na base de uma análise detalhada das condições sob as quais eles se originaram, uma tentativa foi feita para fornecer um exame das fontes de informações do modo mais crítico possível, permitindo-se ao usuário determinar quão útil é a informação. Por esta razão, não se procedeu a nenhuma avaliação estatística do material, nem foram feitas análises quantitativas dos dados nas tabelas individuais. Os dados numéricos apresentados foram processados apenas para facilitar a publicação.

Estes procedimentos constituem uma atualização necessária tendo em vista os avanços da tecnologia atualmente disponível, em particular a informática, e deveriam mesmo ser estendidos para as sé-

ries clássicas já há muito consolidadas. Com isto, teríamos a possibilidade de revisá-las e em alguns casos, corrigi-las. É o caso da consagrada série para a Holanda, de Nicolaas Posthumus. Sua principal fonte para o primeiro e mais importante volume foram as listas de preços correntes (*prijscouranten*) de mercadorias na Bolsa de Amsterdã. Para pouco mais de 200 produtos, Posthumus publicou séries de preços, alguns dos quais datavam do século XVI. George Welling, contudo, assinalou que, quando Posthumus e seus assistentes fizeram a pesquisa, não tiveram acesso à moderna aparelhagem eletrônica a que estamos acostumados hoje, tais como o computador e computadores.¹⁵ De acordo com Welling, sua experiência anterior em refazer por computador pesquisas quantitativas de escala média que haviam sido feitas antes manualmente, deixaram-no cético quanto à precisão da pesquisa quantitativa levada a efeito manualmente.¹⁶ Portanto, se a obra de Posthumus tivesse os mesmos defeitos, isto minaria muitos dos estudos históricos holandeses. Em 1984, Welling fez um teste de precisão dos cálculos a partir de um estudo junto ao arquivo pessoal de Posthumus, na Netherlands Economic Historical Archive, instituição de custódia de todos os preços correntes.

De início, um problema: Posthumus havia adotado como o período de base dos índices de preços que construiu os anos de 1721-1745, em consonância com o ISCPH, embora as fontes para o período não fossem completas. Por nove anos neste período não se dispõe de um único preço corrente!

Além disto, estes preços correntes não eram uma fonte simples como pareciam ser à primeira vista:

- a. os preços foram registrados em três diferentes moedas: libras flamengas, guilders e guilders de ouro, o que pode ser muito confuso para calculadoras manuais, mas facilmente solucionada

15 WELLING, George Maria. *The prize of neutrality: trade relations between Amsterdam and North America 1771-1817; a study in computational history*. Rijksuniversiteit Groningen: Groningen, 1998 (Proefschrift ter verkrijging van het doctoraat in de Letteren aan de Rijksuniversiteit Groningen)

16 33 G.M. Welling (1992) "Intelligent Large-Scale Historical Direct-Data-Entry Programming." In: *Histoire et Informatique. Ve Congrès "History and Computing" 4-7 Septembre 1990 à Montpellier*. 563-71., ed. J. Smets. Montpellier. 34 1 Pound Flemish = 20 schellingen (shilling) = 240 groten The value of 1 pound Flemish was about 6 guilders. 1 Guilder = 20 stuivers = 320 penningen. 1 Gold-guilder = 28 stuivers = 448 penningen. 35 N.W. Posthumus (1943), XCVII - XCIX . 138

- do por uma simples função para converter tudo ao sistema métrico com um computador;
- b. Posthumus tinha adotado um método duvidoso de solucionar o problema dos dados omissos, revelado pelo exame de como calculou seus gráficos. Foram três as formas de índices empregadas: índices não ponderados e duas formas de índices ponderados;
 - c. seu método era por outro lado simples: ele usou um preço corrente para cada mês, preferindo o que fosse datado como fechamento como possível para o 15º daquele mês;
 - d. o período inteiro de 25 anos que eram as bases para o índice contém 300 meses. Posthumus usou um total de 69 preços correntes, embora naquele tempo 106 estivessem disponíveis para o período. A diferença destes preços correntes sobre o período integral era muito irregular. Como poderia ser esperado, Welling chegou a diferentes resultados, embora usasse exatamente os mesmos dados. Dos 44 bens que eram usados para o índice, Posthumus calculou a média do mais alto e do mais baixo preço sobre o preço corrente. Se dados para um mês não eram disponíveis, ele interpolou-os usando a média dos dois mais próximos períodos para o qual ele tinha dados. Um simples cálculo mostra que sua série de índices deve ser baseada em 3036 dados reais e 10164 interpolações. Mas a realidade é ainda pior: sobre um número de preços correntes os preços para alguns produtos faltam. Por exemplo, o preço do arroz só é dado em cinco dos 16 anos. Um exame detido mostra que para um número de anos havia não uma única notação de preços para alguns produtos. Para o período de 1725-1729, Posthumus dá um índice de 106, baseado na média de um ano: contudo, que ele não tinha dados para este período. Para nenhum dos outros períodos os cálculos do computador produziam os mesmos gráficos que os de Posthumus.

A partir disto, Welling concluiu que os cálculos de Posthumus não eram muito precisos ou confiáveis. Ademais, seu método de lidar com o problema de dados faltantes era muito primitivo. Simplesmente tomar a média de dois períodos contíguos não leva em conta que pode haver padrões sazonais de mudanças de preços. Estes padrões podiam ter sido estabelecidos a partir do restante dos dados. Finalmente, seu tratamento do problema de mais de uma notação de preços para um produto pode ser questionada. Para alguns produtos os preços corren-

tes têm preços múltiplos: é um tanto óbvio que estes preços não podem ser os mais altos ou os mais baixos preços do período. Para alguns bens eles estão em ascensão e para outros em descenso. Realmente, nós não sabemos o significado destas notações múltiplas. Usar a média da notação mais alta e mais baixa para uma mercadoria foi a solução escolhida por Posthumus. Por um número de razões esta é uma abordagem questionável. Primeiramente, não há informação sobre que volume de bens era negociado pelo valor mais alto e qual o volume pelo valor mais baixo. Observando os preços por um pigmento (*gemeene meekrap*), vê-se regularmente um preço alto que é mais de duas vezes o preço baixo: variações de 16 para 34 stuivers. Tais variações podem ser indicações de algo mais do que simples variações de preços. Mas há outra indicação de que não se pode tomar como média do maior e do menor preço. Para alguns gêneros, há mais de dois preços dados (azinavre, pólvora). Há mesmo períodos os quais para alguns bens cinco notações são dadas. A seqüência de preços altos e baixos varia por produto. A solução de Posthumus era prática, ditada pelas facilidades que ele tinha. Se ele tivesse adotado outra abordagem, ele teria tomado outros 20 anos para completar sua tarefa hercúlea. Embora o número absoluto de dados usados por Posthumus tenda a corrigir seus erros no longo prazo, eles podem ser muito distorcidos para estudos detalhados. Usar os gráficos que Posthumus publicou teria criado mais problemas que soluções, só sugerindo uma impressão de correção para a qual falta fundamento.

Para as fontes que registram preços legais máximos, por seu turno, outras observações devem ser feitas. Sua própria natureza torna mais aceitável a construção de médias anuais. Na série para Ouro Preto, contudo, preferi publicar os dados integralmente. Já na série para Mariana, apresentei os preços máximos encontrados num determinado ano. A diferença entre um e outro procedimento foi determinado essencialmente pelas diferenças de registro. Enquanto os para Ouro Preto enfatizavam o produto, os de Mariana destacavam o comerciante. Ou seja, a série de Mariana não oferecia garantias de homogeneidade dos gêneros almotaçados. Nesse sentido, ao invés de uma média, construí uma série com base na moda, o que atendia perfeitamente os objetivos da investigação: verificar a tendência dos preços num período curto. Não se tratava de saber qual era exatamente o preço desta ou daquela mercadoria, mas o movimento do nível dos preços de cada uma ao longo de um dado período. Aqui deve ser feita uma pequena correção a uma observação feita por Noya Pinto, segundo a qual “como a administração estabelecia oficialmente os preços dos gêneros, desenvolveu-se no Brasil um comércio marginal, verdadeiro mercado negro que, infelizmente, por ser considerado ilegal, não

Para uma história dos preços do período colonial: questões de método

possui documentação seriada”.¹⁷ Deve-se ressaltar, uma vez mais, que preços almotaçados não são preços tabelados, isto é, pelos quais as mercadorias deveriam necessariamente ser vendidas, mas preços máximos permitidos. Sem dúvida, pode-se logo concluir que seriam estes os preços praticados pelos comerciantes, para obterem maior lucro. Mas é bom também lembrar que o comércio dos gêneros alimentícios nas vilas e arraiais – ao menos em Minas – se achava pulverizado por um relativamente grande número de vendedores, o que permite supor a existência de alguma margem de oscilação entre os preços praticados entre cada um deles.

Quanto ao **critério de notação dos preços**, Beveridge argumentava que o emprego de equivalentes em prata deveria ser relegado a médias decenais. Nesse sentido, o processo de deflação das séries foi veementemente rejeitado:

in a money economy, goods are not bought or sold for grains of fine silver or gold; they are bought and sold for money, and money, even when it consists of silver or gold coins, is something more than silver or gold in the coin. To describe silver and gold equivalents as prices is to ignore the nature of money and to confuse barter with exchange by the use of money¹⁸

Contudo, um dos critérios centrais adotados por Labrousse na construção de sua série de preços para a França do século XVIII foi o da **constância do meio monetário**, isto é, a estabilidade do valor da moeda. E de fato, alguns problemas foram detectados de maneira muito consistente em séries que adotaram à risca o princípio de Beveridge. Na série elaborada por Posthumus para a Holanda, verifica-se uma profunda discordância entre os índices de preços dos grãos em Utrecht e em Leiden ao longo do século XV.¹⁹ Para Michel Morineau, a discordância não tinha mistério: ela provinha da depreciação da moeda utilizada em Utrecht, o *albus* (plural *albi*). Em 1418, o florim do Reno era trocado por 65 albi; em

17 NOYA PINTO, Virgílio. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*: uma contribuição aos estudos da economia atlântica no século XVIII. São Paulo-Brasília: Nacional-Instituto Nacional do Livro, 1979, p. 327.

18 BEVERIDGE, William. *Price and wages in England from the twelfth to the nineteenth century*. Londres: 1939, p. xlix.

19 POSTHUMUS, Nicholaas W. *Inquiry into the history of prices in Holland*. Leiden: E. J. Brill, 1964, vol. 2, pp. 109-115 [preços relativos do centeio em Utrecht] e pp. 563-9 [preços relativos do trigo em Leiden].

1489, por 540. Uma diferença tão significativa não pode, portanto, ser simplesmente desconsiderada. Uma avaliação em ouro das moedas de Utrecht e do Brabante apagaria esta divergência. O movimento secular não poderia, por conseguinte, ser acompanhado corretamente sem levar em conta profundas modificações do instrumento monetário (desvalorizações-reavaliações). E lembre também na Inglaterra, o shilling perdeu perto de 75% de seu valor em prata entre 1464 e 1560.²⁰ A discussão a respeito da adequação ou não de introduzir deflatores nas séries de preços há de levar em conta estes exemplos. No Brasil, as séries disponíveis a partir de 1808 em geral consideram a variação da libra. Este procedimento possui as vantagens de expressar a relação da balança comercial do Brasil com seu principal parceiro, a Inglaterra, bem como com os demais países, já que a libra atuava como “vehicle currency”, isto, uma moeda usada como intermediária em trocas comerciais de países que utilizavam diferentes moedas.²¹

Contudo, há de se ter muita cautela no procedimento quando se trata de moedas com valor intrínseco. Certo, mesmo as moedas que mantêm estrita paridade em seu valor intrínseco estão sujeitas a variações cambiais. Em algumas ocasiões, elevadas. Isto porque, as taxas de câmbio reagem, de um lado, à demanda por espécie e, de outro, à demanda pelo crédito. Um excelente exemplo disto é dado por Reinhold Mueller, que apresenta um detalhado crônicado do mercado monetário de Veneza dos fins do século XIV e princípios do XV, com base nas observações praticamente semanais dos cambistas que ali operavam.²² As fontes dos dados são a correspondência preservada no arquivo de Francesco di Marco Datini. Reinhold Mueller estabeleceu as cotações para 1229 datas, entre 1383 e 1411. A relação entre a flutuação das taxas de câmbio e a disponibilidade de moeda é particularmente clara quando se examina as praças bancárias geograficamente próximas, isto é, aquelas em que o intercâmbio de correspondência pelo correio não levava mais do que um ou dois dias, como Veneza-Bolonha e Florença-Pisa. Notícias a respeito de uma elevação sensível das taxas de câmbio em uma cidade, chegavam rapidamente na outra, onde os operadores imediatamente respondiam enviando numerário para lucrar com

20 MORINEAU, Michel. *Incroyables gazettes et fabuleux métaux: les retours des trésors américains d'après les gazettes hollandaises (XVIe-XVIIIe siècles)* Londres-Paris: Cambridge University Press-Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1985, pp. 20-25.

21 REY, Hélène. International trade and currency exchange. *Review of Economic Studies*. 68 (abr. 2001), pp. 443-64.

22 MUELLER, Reinhold C. *The Venetian money market: banks, panics and the public debt, 1200-1500*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997.

a alta, apesar da equivalência intrínseca entre o ducado de ouro, de em Veneza e Roma, e o florim de ouro, de Florença e Pisa.²³

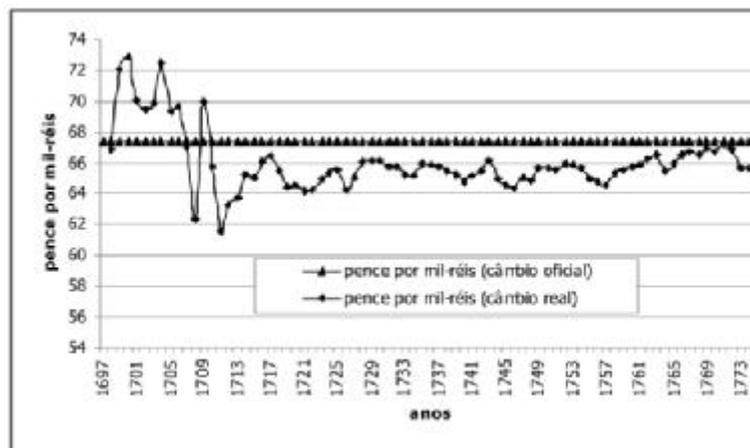
O mesmo vale para a relação entre o mil-réis e a libra esterlina ao longo dos séculos XVII e XVIII. Pela lei de 4 de agosto de 1688, o marco de ouro amoadado de 22 quilates passou a ser recebido na Casa da Moeda de Lisboa a 102\$400 réis, e com este valor vigorou até 5 de março de 1822.²⁴ Portanto, o preço do ouro permaneceu invariável entre 1688 e 1822. Em termos práticos, a variação do preço do marco de ouro amoadado pode ser adotada como índice da inflação no período. Explique-se melhor: a cunhagem de moedas representava uma fonte de recursos do Estado. Ao valor do ouro em pasta ou em barra levado para ser cunhado eram acrescidas as despesas com a moedagem. Nestas despesas se incluíam os gastos propriamente ditos com a fabricação da moeda e o pagamento do direito régio pela cunhagem. Tome-se o seguinte exemplo: a lei de 4 de agosto de 1688 determinou que a Casa da Moeda recebesse o marco de ouro de 22 quilates (isto é, da lei de 11/12, ou 0,9166) por 96\$000 réis, e o de prata do mesmo quilate, por 6\$000 réis. Após a moedagem, o mesmo marco de ouro era emitido por 102\$400, e o de prata, por 6\$400 réis. Ou seja, ao valor do marco de ouro de 22 quilates eram acrescidos os custos com a moedagem e a senhoriagem, da ordem de 6,66%. Portanto, para se aplicar um deflator, basta apurar quantos marcos de ouro amoadado cada montante poderia adquirir. Ora, esta estabilidade no valor do ouro foi igualmente característica da libra esterlina de 1717 a 1817. Em 22 de dezembro de 1717 o preço oficial da libra por onça troy de ouro de 22 quilates passou a ser £3 17s 10½d, ou 934,5 pence. Portanto, em termos estritamente oficiais, a relação entre a libra esterlina e o mil-réis entre 1717 e 1817 era de 67,32 pence por mil-réis.²⁵

23 O ducado (*ducato*) desde 1283 foi cunhado em ouro, sobre o modelo do florim de Florença ("fiorino d'oro"), e pesava 3,60 g, das quais 3,495 g de ouro puro. Para uma avaliação do preço do ouro no período moderno há de se consultar as obras seguintes: Feavearyear, Albert. *The Pound Sterling: A History of English Money*. Oxford: Clarendon Press, 1963; Jastram, Roy W. (1977). *The Golden Constant: The English and American Experience, 1560-1976*. New York: John Wiley & Sons; Officer, Lawrence H (1996). *Between the Dollar-Sterling Gold Points: Exchange Rates, Parity, and Market Behavior*. Cambridge: Cambridge University Press.

24 ARAGÃO, A. C. Teixeira de. Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1874-1877, vol. 2, pp. 237-9.

25 Se uma onça troy equivale a 31,1 gramas, o grama valia 30,04 pence. Por sua vez, o grama de ouro equivalia 446,18 réis. Logo, 1\$000 réis correspondiam a 67,32 pence.

Gráfico 1: Taxa de câmbio da libra esterlina por mil-réis.



Fonte: McCUSKER, John J. *Money and exchange in Europe and America, 1600-1775*; a handbook. Williamsburg: Institute of Early American History and Culture, 1978, p. 107-115.

No entanto, os dados apresentados a partir de 1698 pelo jornal comercial e financeiro *The Course of the Exchange and other things* mostram outra coisa (gráfico 1).²⁶ Apesar da estabilidade intrínseca entre as moedas, as relações comerciais determinaram variações ao longo de todo o período. Um fato que de imediato se nos aparece é a mudança na relação cambial já a partir de 1700, reveladora do caráter importador de Portugal, o que provocava na Inglaterra um aumento no estoque de moedas portuguesas. É impressionante, igualmente, a alteração do câmbio a partir de 1757, quando a produção de ouro no Brasil começa seu movimento de descenso, o que reduziu a capacidade de importação e, portanto, a entrada de moedas de ouro portuguesas em Londres. De todo o modo, a estabilidade monetária revelada pelo gráfico não autoriza o emprego da libra esterlina como deflator para preços no Brasil no período.

Outro ponto discutível é construção de **índices gerais de preços**. Seu objetivo é medir a variação do custo de vida da população com base no peso de cada mercadoria na estrutura de consumo. Ora, aqui exatamente começam os problemas: cada grupo

26 McCUSKER, John J. *Money and exchange in Europe and America, 1600-1775*: a handbook. Williamsburg: Institute of Early American History and Culture, 1978, p. 107-115.

social tem uma estrutura de consumo particular. Contemporaneamente, as ponderações refletem a estrutura média do consumo de diversos grupos sociais e, “*assim, pode ocorrer que os pesos utilizados não sejam adequados para avaliar variações do custo de vida de um determinado estrato de assalariados*”, por exemplo.²⁷ Não cuido aqui simplesmente da eventual percepção diferenciada de um ou outro estrato de trabalhadores, mas de ponderações que não refletem de maneira alguma a estrutura de gasto de cada grupo.

Beveridge justificou a omissão em sua obra, de um lado, por reconhecer a dificuldade de estabelecer ponderações satisfatórias por um período que se estendia por seis séculos, e, do outro, por estar convencido de que só os movimentos relativos dos preços de gêneros em particular eram significativos. Não entendia assim Earl Hamilton, que concordava que pouco poderia ser apreendido por meio de uma comparação direta de preços séculos a fio. Mas, perguntava-se, “*não teria sido factível construir e desejável ter índices de grupos importantes de mercadorias e de gêneros em particular para períodos de 25 ou 50 anos?*” Este procedimento, além disto, requereria pouco esforço para ser feito, e pouco espaço para ser impresso.²⁸

Recentemente, a tarefa recusada por Beveridge foi levada a efeito por Gregory Clark, para a Grã-Bretanha.²⁹ Em seu artigo, Clark constrói um índice de preços que combina as séries de preços publicadas e coleções disponíveis com as fontes arquivísticas. O índice de preço obtido corresponde ao preço do rendimento líquido dos produtos do setor agrícola da economia, formado como índice geométrico dos preços de cada componente, com a presumida participação no rendimento de cada mercadoria usada como peso.

Porém, a construção de índices dessa natureza, além de correr os riscos destacados por Beveridge – em particular a mistura de dados extraídos de fontes diferentes, está sujeito a imprecisões que, em estatística, podem ser fatais. José Manuel Larrain Melo, em sua excelente investigação sobre o movimento dos preços em Santiago do Chile na segunda metade do século XVIII, buscou determinar a ponderação de cada produto participante do índice geral com

27 HADDAD, Paulo & VERSIANI, Flávio. Índice de preços; texto introdutório. In: BRASIL. *Estatísticas históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988*. 2. ed., Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1990, pp. 144-175, p. 146.

28 HAMILTON, Earl J. Sir William Beveridge's Price History. *The Economic Journal*, vol. 52, no. 205 (mar., 1942), pp. 54-58.

29 CLARK, Gregory. The price history of English agriculture, 1209-1914.

base no gasto efetivo com cada um deles feito por três instituições religiosas chilenas. Segundo o autor, “*por la naturaleza misma de las instituciones señaladas, un convento de religiosas, un seminario y un colegio, obteníamos un amplio espectro de los patrones de consumo del período*”. O Autor considerou que a estrutura do gasto assim obtida permitia *averiguar a forma como a população de Santiago do Chile, representada por essas instituições religiosas decidia que produtos adquirir e qual era a importância relativa de cada um deles*.³⁰ Duas questões, não obstante, devem ser de imediato postas:

- a. em primeiro lugar, até que ponto a despesa de instituições religiosas pode representar toda a população de uma cidade? Em Mariana, por exemplo, o que encontramos na despesa do Seminário ali estabelecido destoa consideravelmente do padrão de consumo da maioria da população; não seria conveniente que dados relativos a toda a população da cidade, ou, pelo menos a maior parte dela, fossem apresentados?
- b. em segundo lugar, a despesa ou o consumo no quadro econômico e social colonial seria realizado em função do preço?

Também para Minas, a tarefa de obter uma ponderação consistente não seria difícil: as contas das despesas para o custeio da Real Extração dos Diamantes, disponíveis para o período de 1776 a 1785 forneceriam uma fonte. Para a população de Minas, cuja composição do regime alimentar não permitia alterações importantes, a amplitude das variações influenciou profundamente na vida da maioria das pessoas, que não tinham alternativas à mão: *a amplitude dos movimentos do custo de vida se eleva à medida que baixa o nível de vida*.³¹ Os inventários de proprietários rurais da Ca-

30 MELO, José Manuel Larrain. Movimiento de precios en Santiago de Chile: 1749-1808; una interpretación metodológica. *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas*, v. 17, pp. 199-259, p. 211. O mesmo procedimento foi adotado por PAMUK, Şevket. Prices in the Ottoman Empire, 1469-1914. *International Journal of Middle East Studies*, vol. 36, pp. 45-68 (2004).

31 LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*. Paris: Dalloz, 1933. (Trad. espanhola: *Fluctuaciones económicas e historia social*. Madrid: Tecnos, 1980, p. 175.

pitania bastariam para corroborar a estrutura de consumo da maioria de seus habitantes. Milho e feijão eram os gêneros cujas roças ou cujos estoques empaiolados que quase exclusivamente eram registrados. São essas as duas culturas que mais interessam ao maior número de pessoas: aos lavradores, na cobrança de seus dízimos e nos contratos de venda, aos garimpeiros que não os podiam cultivar, aos arrematadores de dízimo, ao Governo, que os comprava para o sustento de suas tropas.

Por outro lado, o estabelecimento de ponderações resultantes da estrutura da despesa e do consumo parece um tanto ociosa. Por mais sofisticada que seja a metodologia de construção destes índices gerais, os resultados para o período anterior ao século XX parecem convergir para um fato inquebrantável: a soberania dos grãos na dieta dos pobres – seja a importância consagrada por Labrousse ao trigo como índice das flutuações do grupo dos cereais com os quais se encontra intimamente ligado (mais do que o papel que desempenha no consumo popular que o substituiu pelo centeio, a cevada ou a aveia), seja o papel do milho como base da alimentação popular da Nova Espanha, de todo o grupo indígena, da maior parte das “castas” e de um número considerável de criolos e espanhóis pobres, realçada por Florescano. Este último chegou mesmo a afirmar que as oscilações dos preços do milho governavam a atividade econômica e a vida da sociedade na Nova Espanha, como o trigo na sociedade européia de economia essencialmente agrícola.³² O próprio Gregory Clark, mesmo considerando que a ponderação para os anos de 1540 e 1867 serem palpites, estabeleceu um peso para os componentes agrícolas entre 50% e 60%, e para os componentes pastoris, de 30% a 50% e Şevket Pamuk atribuiu aos itens alimentícios um peso de 75 a 80% no orçamento de um consumidor urbano médio.

Outra questão refere-se ao **período de coleta dos preços anuais**. A importância da agricultura e a forma de registro dos dados na maioria das fontes levou Beveridge a construir sua série com base no ano agrícola, de colheita a colheita, ou, mais precisamente, da colheita do trigo (que se iniciava em 29 de setembro). Este procedimento também foi questionado por Hamilton, em razão de que um verdadeiro ano agrícola é inalcançável, por que as colheitas de outros gêneros importantes difere da do trigo em vários meses. Além disto, a adoção de um ano-colheita obsta a comparações com os resultados de numerosas histórias de preço de outros países elaboradas com base no ano calendário.

32 FLORESCANO, Enrique. *Precios del maíz y crisis agrícolas em México: 1708-1810*. Cidade do México: Ediciones Era, 1986, pp. 15-16.

Outro problema emerge quando não a série é construída sem se levar em conta **as quantidades negociadas**. As pequenas quantidades podem ser tão típicas das condições de mercado quanto as grandes. Mas o que ocorre quando alguém mede a relação variável de compras pequenas e grandes de ano a ano? Esta mesma observação é feita por Pierre Villar, que alerta para que se tomem precauções para não alterar a homogeneidade de suas séries. Por exemplo: o preço de uma mercadoria não é o mesmo por onças que por libras, por libras que por arrobas.³³

Um dos procedimentos usuais no tratamento dos dados constitui o **emprego das médias móveis**, que se justifica pela possibilidade que oferecem de uma visão mais completa do fenômeno cíclico. Contudo, o estabelecimento do período de anos que devem compor as médias é determinado pelos dados empíricos encontrados no processo de sistematização. Por exemplo, Labrousse, identificou um período de treze anos, que representaria, aproximadamente, dois meios ciclos completos, quer dizer, em princípio, uma proporção quase constante de anos de alta e de baixa cíclicas. Corresponde por constatação à duração média do movimento cíclico dos preços franceses do trigo no século XVIII. Portanto, a amplitude do ciclo deverá ser medida tal e com o podiam apreciá-la o produtor e o consumidor contemporâneos, segundo o preço médio verdadeiro que havia prevalecido durante os treze anos transcorridos e afeitos econômicos terminados. Também por constatação Kátia Mattoso estabeleceu médias móveis quinquenais, tendo em vista a duração aproximada dos ciclos curtos, que variavam de três a sete anos. E Enrique Florescano, apesar de ter-se eximido de proceder às médias móveis, constatou a existência de um ciclo decenal em sua série de preços.

O conhecimento da **variação sazonal** aclara a amplitude possível que o preço de certos gêneros pode alcançar, e previne quanto à tomada de certos preços isolados e num período curto. Além disso, adverte quanto a uma obviedade, a de que a produção agrícola sujeita-se aos condicionamentos climáticos, os quais, para a maior parte de uma sociedade agrária de tipo antigo, são vitais. Há, ainda, as variações decorrentes da sucessão dos períodos da safra e da entressafra. Mas são os períodos de escassez e de abundância de grãos derivados de boas e más colheitas que determinam e explicam a variação sazonal dos gêneros de maior consumo; na sociedade colonial mineira, correspondiam ao milho e ao feijão.

33 VILLAR, Pierre. Histoire des prix, histoire générale: un nouveau livre de E. J. Hamilton. *Annales (Economies, Sociétés, Civilisations)*, 1949, pp. 29-46.

Porém, são as **flutuações plurianuais** que permitem afirmar com segurança a existência de movimentos cíclicos.

3 As séries de preços para o Brasil durante o período colonial

No Brasil, dispomos no momento de dados apenas para o Rio de Janeiro, Salvador e Ouro Preto, para o período que nos interessa – e ainda assim limitados aos anos de 1750 a 1808. As séries para o Rio e Salvador foram construídas com base em fontes produzidas por instituições eclesiásticas, e a de Ouro Preto, com base nos registros das almotaçarias.³⁴

As séries do Rio de Janeiro foram construídas com base em fontes produzidas pelas seguintes instituições:

- a. livros de receita e despesa (1762-1795) do Hospital dos Lázaros. Segundo Johnson Jr., a fonte mais consistente e útil, essencial para seu estudo;
- b. livros de receita e despesa (1768-1780 e 1795-1820) da Santa Casa de Misericórdia. Apesar das inconsistências de registro, esta instituição forneceu as fontes mais ricas de todas, em razão do número de gêneros e preços registrados;
- c. contas do Hospital (1763-1804) e livros de receita e despesa (1762-1822) da Irmandade de São Francisco da Penitência. Importantes para determinar os preços dos panos;
- d. livros contábeis da Irmandade de São Francisco de Paula (1777-1798, 1801-1829). Dado o estado precário de conservação dos documentos e as ambigüidades de registro, constituem as fontes menos úteis para os propósitos do estudo.

34 JOHNSON Jr., Harold. A preliminary inquiry into money, prices, and wages in Rio de Janeiro, 1763-1823. In: ALDEN, Dauril (ed.). *Colonial roots of modern Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1973; MATTOSO, Kátia de Queirós. Os preços na Bahia de 1750 a 1930. In: Colloques Internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique, n.º. 543 sur *L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930* (Paris, 11-15.oct.1971). Paris: Éditions du CNRS, 1973. p.167-82; CARRARA, Angelo Alves. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais; 1674-1807*. Rio de Janeiro. 1997. Tese de Doutorado. UFRJ, 1997.

Kátia Mattoso construiu sua série exclusivamente com base nos livros de despesas da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, anexados aos registros das receitas e despesas. Estes livros compõem-se de documentos referentes a todo o tipo de gasto efetuado pela instituição em cada ano contábil, seja para o hospital, seja para o recolhimento de mulheres que funcionava em anexo.

Já as fontes disponíveis para Minas são bastante diversificadas. As séries para Mariana e Ouro Preto são compostas de preços oficiais máximos permitidos, estabelecidos pelas câmaras municipais (registros das almotaçarias das vilas do Ribeirão do Carmo (Mariana) e do Ouro Preto, acórdãos das vereações e posturas municipais). Já as para Paracatu e Diamantina são constituídas de preços no atacado, e padecem do sério problema de estarem sujeitas a contratos de fornecimento a preço fixo por um período longo, de um ano (autos de arrematação de fornecimento de mantimentos para as tropas da Capitania). Não resta dúvida de que abundante documentação da capitania permitiria a construção de séries com cifras mais próximas dos valores praticados em operações de varejo. Já para a primeira década do século XVIII, por exemplo, dispomos de um contrato de compra e venda de milho entre particulares que livremente acordam o preço de compra e venda. Porém, isto não representou impedimento aos objetivos principais que se buscavam, isto é, procurar perceber, por meio dos movimentos conjunturais e estruturais, os níveis de abastecimento interno da capitania.

Infelizmente, os valiosos registros da Santa Casa de Misericórdia de Ouro Preto, bem como do Hospital Militar, espalhados estes pela documentação avulsa da Coleção Casa dos Contos de Ouro Preto, ainda aguardam o arranjo de seus acervos para que sejam incluídos no rol de fontes para a história de preços em Minas. As fontes que mais se aproximariam das desta natureza seriam os livros da receita e da despesa do Seminário de Mariana. Os primeiros datam de 1780, mas sobre a sua contabilidade, transcrevo o parecer exarado pelo examinador das contas do Seminário, em 1801: o procurador ocultou *a quantia de alqueires e víveres que se dispensaram; não pôs a quantia que gastava diariamente no Seminário e o que dispunha com os seus preços correspondentes ao tempo, por serem muitas vezes diferentes*. Além disso, o examinador afirmava não ter *certeza da quantidade e qualidade dos mantimentos que vieram* [da fazenda do Seminário]. E concluía: *ou o Procurador está louco ou quer meter à bulha as contas que deve dar*.³⁵ Apesar destes senões, esta fonte traz dados importan-

35 Arquivo da Cúria Metropolitana de Mariana. Livro de Contas do Seminário, 1780-1801, fls 156-156v^o.

tes que possibilitam verificar a amplitude do movimento estacional dos preços dos mantimentos.

A série das almotaçarias é constituída de duas subséries: uma, correspondente às almotaçagens de preços, e outra, às aferições dos pesos e medidas das lojas e vendas ou ao lançamento de contribuintes. Se esta segunda sub-série é mais homogênea quanto à forma e conteúdo dos registros, a primeira conhece variações e descontinuidades significativas, por depender de circunstâncias estritamente locais. Além disto, há de se estabelecer a diferença entre posturas sobre preços e séries de almotaçaria, propriamente ditas. As primeiras eram estabelecidas por acórdãos dos vereadores de maneira muito esporádica, e as segundas pelo almotacé, de maneira regular. A Câmara de Mariana instituiu o regimento das almotaçagens já em 1715.³⁶ Mas a sub-série das almotaçagens dos preços abrange apenas o período de 1716 a 1724.³⁷ Os demais livros registram apenas o nome e a localidade dos donos de vendas e lojas. Já para Ouro Preto, as primeiras posturas sobre preços que nos alcançaram foram estabelecidas entre 1718 e 1721, para os preços máximos de venda da carne de boi. Contudo, a sub-série das almotaçagens de preço para Vila Rica só tem início em 1752, e padece de alguma irregularidade: faltam registros para os períodos compreendidos entre março de 1766 e agosto de 1767; entre janeiro e abril e entre agosto e dezembro de 1768; entre maio de 1768 e dezembro de 1774; entre janeiro e outubro de 1777, e entre janeiro e fevereiro de 1778. A série termina em abril de 1778.³⁸ Os demais livros pertencem à sub-série de registro do nome e da localidade do vendeiro. Todos os livros de almotaçaria da vila de Sabará que nos alcançaram, assim como o único livro da de Caeté, datado de 1797, também pertence à sub-série que registra os proprietários de vendas e lojas. Posturas para preços foram também estabelecidas pela Câmara do Serro. A única postura para preços estabelecida pela câmara do Serro de que dispomos foi registrada na vereação de 20 de outubro de 1735. Como não temos os livros anteriores, não há como saber se estas posturas foram as únicas ou as últimas. Seja como for, as posturas em relação aos preços praticados no termo do Serro nesta data relacionavam-se sem dúvida aos problemas de abastecimento ocorridos com a elevação do afluxo populacio-

36 Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, cód. 572, fragmento do regimento para o escrivão da almotaçaria, 1715.

37 Arquivo da Câmara Municipal de Mariana, códs. 195 (1716-22) e 385 (1722-4).

38 Arquivo Público Mineiro, Câmara Municipal de Ouro Preto 64 [1752-9] e 76 [1760-78].

nal que se seguiu às descobertas de diamantes no Tijuco. Como era usual nesses momentos em que as jazidas eram dadas à luz, a ação da Câmara visava a controlar a alta dos preços. Também interessantes são os dados constantes dos livros de receita e despesa da Real Extração dos Diamantes, escriturados a partir de 1774, mas que só se tornaram sistemáticos a partir de 1776.

Outra fonte são os registros de arrematação do fornecimento de mantimentos para as tropas pagas da Capitania permitiram a montagem de séries para Paracatu, Sabará e Diamantina. A série de preços de Paracatu é formada pelos três produtos arrematados para fornecimento às tropas dos soldados Dragões, entre 1745 e 1753: farinha de milho para os soldados, milho e capim para os cavalos. Quanto a Diamantina, descobertas as lavras diamantíferas em torno de 1727, a partir de 1734 começaram a ser arrematados os fornecimentos de farinha e milho para a tropa aí estacionada. Todas as arrematações foram feitas no mês de maio de cada ano, à exceção de 1735, feita em setembro.³⁹

Em cada um destes trabalhos os gêneros foram agrupados de acordo com sua origem e destino das mercadorias, tendo em vista o caráter da economia brasileira no período. Esta distinção é de fato essencial já que é determinante na formação dos preços, e parece mesmo ser um procedimento padrão em trabalhos na América Latina. A classificação mais simples é feita entre gêneros produzidos e consumidos regionalmente e importados, como se observa na série para o Chile construída por Larrain Melo.

Para o Rio de Janeiro, Harold B. Johnson Jr. classificou os produtos em quatro categorias:

- I – gêneros produzidos e consumidos localmente (cachaça, farinha de mandioca, sal, tijolos, óleo de baleia, milho e feijão);
- II – gêneros produzidos e consumidos localmente, mas destinados principalmente à exportação, sendo seus preços determinados pelos mercados externos (arroz e açúcar);
- III – gêneros produzidos e consumidos localmente, mas em quantidades insuficientes, sendo também importados de outras partes

39 Arquivo Público Mineiro, CC, volume 2010: Intendências dos Diamantes do Serro Frio; *termos das arrematações de mantimentos para o destacamento dos Dragões (quartéis do Tijuco e Caeté-mirim)*; Arquivo Público Mineiro, CC, volume 1077: Termos de arrematação e fornecimentos às Tropas dos Dragões de Paracatu, 1745-53; termos de arrematação de 11.08.1745, 10.02.1747, 01.10.1747, 20.12.1748, 08.11.1749, 04.09.1750, 07.03.1752, set. 1753.

dopais ou mesmo da América Espanhola (farinha de trigo, carne-seca, e toucinho); e

IV – gêneros importados da Europa (vinhos, vinagre, azeite de oliva, manteiga e cera).

Já para a praça de Salvador, Kátia Mattoso classificou os produtos em três categorias:

- a. produtos de importação (farinha de trigo, azeite, bacalhau, vinagre, manteiga e chá);
- b. produtos de exportação (açúcar e café); e
- c. produtos de origem e consumo locais (farinha de mandioca, carne fresca, feijão, arroz, carne-seca, toucinho, galinha, óleo de baleia e óleo de rícino).

Como se vê, a categoria c de Kátia Mattoso funde os grupos II e III de Johnson Jr.. A Autora argumenta que a carne-seca e o toucinho (que podiam ser incluídos na lista dos produtos “de importação”) eram produzidos também localmente, vindo a parcela importada principalmente de outras províncias brasileiras. Por isso, Kátia Mattoso julgou que estes gêneros “integravam um comércio nacional, em não internacional, caso em que outros fatores interviriam na fixação de preços”.

Já na a série construída para Ouro Preto, os produtos foram classificados em três tipos:

- a. reinóis, isto é, importados da Europa;
- b. coloniais, os quais compreendiam o conjunto de gêneros produzidos em diversas partes do Brasil, principalmente a Bahia – tanto do recôncavo como dos seus sertões, São Paulo e Rio de Janeiro. Incluíam-se também nesta categoria as fazendas sertanejas (sal das salinas sanfranciscanas, sabão, sebo, carne-seca, sola, cera e couros de boi, de veado e de lontra, e, finalmente, os peixes salgados); e
- c. gêneros regionais ou locais, ou seja, produzidos localmente.

Note-se a diferença entre a classificação válida para a Bahia e para Minas, determinada pelo que há de característico na economia colonial mineira: não há a rigor um gênero de exportação, à exceção do que começou a ocorrer estritamente no sul de Minas e em Minas Novas nos finais do século XVIII. Não se pode de maneira alguma incluir o ouro como gênero de exportação, porquanto se tratava de

moeda.⁴⁰ Dada a distância considerável entre os diversos arraiais mine-
radores e a conseqüente diferenciação geográfica entre eles não seria
prudente estender os resultados para toda a capitania. Tendo em vista
o critério ainda discutível da integração do comércio em escala nacio-
nal, a separação das séries de gêneros produzidos em diversas partes
do Brasil parece interessante, seja para prevenir distorções provocadas
por eventuais dificuldades de abastecimento decorrentes de problemas
no transporte das mercadorias, seja para construir de modo indireto o
movimento de preços de determinadas áreas que não dispõe de fontes
paratais. Mesmo para diferentes regiões de Minas, procurei demonstrar
que os movimentos de preços estavam longe de ser homogêneos, em
razão das diferentes conjunturas de cada núcleo minerador.

4 Variáveis na interpretação dos dados

Na interpretação dos dados tem-se aplicado amplamente a
fórmula de I. Fisher. É o que fez Harold Johnson, em sua análise
do movimento dos preços do Rio de Janeiro, e levou-o a consi-
derar que a economia brasileira dos séculos XVIII e XIX não era
fechada, fato que a distinguiu das economias do Chile e da Argen-
tina, estudadas por Ruggiero Romano.⁴¹ Kátia Mattoso, porém, consi-
derou esta fórmula “pouco indicada para o caso”.

Sem dúvida, a informação sobre as características da demanda
por moeda é crucial para se compreender a evolução dos níveis de
preços. Contudo, séries de boa qualidade das variáveis necessárias
para estimá-la (níveis de preços, taxas de juros, renda, fortuna) são
muito escassas para qualquer economia anterior ao século XIX. Por
esta razão, a grande maioria dos historiadores econômicos tentaram
explicar a evolução dos preços na Europa pré-industrial usando a fór-
mula de Fisher ($MV = PT$), e sugerindo a hipótese sobre que parte das
mudanças nos níveis de preços (P) podia ser atribuída a mudanças
no estoque de moeda (M), no montante de transações (T) ou na ve-
locidade de circulação (V). O problema no emprego da fórmula de
Fisher no contexto da história econômica pré-industrial é que, embo-
ra haja um volume razoável de informação sobre preços, há escassa
informação sobre T, séries muito incompletas e pouco confiáveis de

40 Um amplo debate a respeito é feito em CARRARA, Angelo Alves. *Ouro, moeda e mercado interno no Brasil, 1700-1808*.

41 Uma crítica bem detalhada sobre todos estes autores e de sua própria tabela é feita por Kátia Mattoso pp. 556-63.

M e basicamente nada sobre V. A esse respeito, Esteban Nicolini e Fernando Ramos sugeriram uma metodologia alternativa para solucionar o problema tomando como base um conjunto de 114 inventários setecentistas de Palencia.⁴² Com isto, os autores pensam ser possível estimar a demanda de moeda, a partir de variáveis sobre as fortunas inventariadas: dinheiro em espécie, ativos financeiros, monte-mor, idade, lugar de residência (meio urbano ou rural), setor econômico de que participava. Uma vantagem apontada pelos autores para eliminar o viés da amostra com respeito a propriedades muito grandes, os dados dos inventários foram cruzados com fontes fiscais, em particular o *Catastro de Ensenada*, completado aproximadamente entre 1749 e 1754, o qual contém listas do rendimento anual de cada família na Espanha no período. Apesar das limitações existentes para a aplicação *ipsis terminis* para diversas regiões do Brasil, os resultados atingidos animam a que se proceda a comparações semelhantes, em particular para aquelas áreas nas quais a documentação fiscal é abundante, como é o caso de Minas Gerais.

Seja como for, concordemos com R. van Uytven: a História dos Preços tem ainda contribuições importantes a dar para o conhecimento da economia e da sociedade antigas, seja na ampliação do alcance dos objetos, seja em novos métodos de análises e interpretação. O otimismo inicialmente assumido pelos que viam nela a chave de todos os problemas, foi substituído pela noção de que a História apresenta sempre novas questões e que só a combinação de outros dados quantitativos no campo da história da moeda, demografia, produção com dados qualitativos podem produzir os melhores frutos.⁴³

História dos preços: principais obras

Argentina

BARBA, Fernando E. *Aproximacion al Estudio de los Precios y Salarios en Buenos Aires desde fines del siglo XVIII hasta 1860*. La Plata: Universidad Nacional de la Plata, 1999.

42 NICOLINI, Esteban A. & RAMOS, Fernando. *A methodological approach to estimating the money demand in pre-industrial economies: probate inventories and Spain in the 18th century*. (working paper 06-19/March 2006). Madrid: Economic History and Institutions Dept/Economic History and Institutions Series 02/ Universidad Carlos III de Madrid.

43 UYTVEN, R. van de. Prijsgeschiedenis. In: BAUDET, H. & MEULEN, H. van der. *Kernproblemen der economische geschiedenis*. Groningen: Wolters-Noordhoff, 1978, pp. 64-75, p. 72.

Itália

- BASINI, Gian Luigi. 1974. *Sul Mercato di Modena Tra Cinque e Seicento: Prezzi e Salari*, 1974. Milano: Dott. A Giuffré.
- DE MADDALENA, Aldo. 1950. *Prezzi e aspetti di mercato in Milano durante il secolo XVII*. Milan, 1950.
- DE MADDALENA, Aldo. *Prezzi e mercedi a Milano dal 1701 al 1860*. Milano: Banca Commerciale Italiana, 1974.
- PARENTI, Giuseppe. *Prime ricerche sulla rivoluzione dei prezzi in Firenze*. Firenze: Carlo Cya, 1939.
- PARENTI, Giuseppe. *Prezzi e mercato del grano a Siena (1546-1765)*. Firenze: Carlo Cya, 1942.
- PARENTI, Giuseppe. "Prezzi e Salari a Firenze dal 1520 al 1620." In Ruggiero Romano (ed.), *I Prezzi in Europa dal XIII secolo a oggi*. Torino: Giulio Einaudi, 1967.
- ROMANO, Ruggiero. *Prezzi, salari e servizi a Napoli nel secolo XVIII (1734-1806)*. Milan: Banca Commerciale Italiana, 1965.

Grã-Bretanha

- BEVERIDGE, William. *Prices and Wages in England from the Twelfth to the Nineteenth Century*, volume 1: *Price Tables: Mercantile Era*. London: Longmans Green, 1939.
- GIBSON, A.J.S. & SMOUT, T.C. *Prices, Food, and Wages in Scotland 1550-1780*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- ROGERS, James E. Thorold. *A History of Agriculture and Prices in England*. 7 vols. Oxford: Clarendon Press, 1866-1902 [reprinted 1963 by Kraus reprints, Vaduz].

Polónia

- BUJAK, Francis. [Preços em Lwów, Cracóvia, Lublin, Dantzig e Varsóvia]. *Badania z dziejów społecznych i gospodarczych*, ns. 13-17/21-22/24-25/37, 1934-1949.
- FURTAK, Tadeusz. *Ceny w Gdansku w latach 1701-1815*. Lwow: Skład Główny, 1935.
- HOSZOWSKI, Stanislaw. *Les prix a Lwow (XVIe-XVIIe siecles)*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1939.
- PELC, J. *Ceny w Krakowie w latach 1396-1600*. Lwow: Skład Główny, 1935.
- PELC, J. *Ceny w Gdansku w XVI I XVII wieku*. Lwow: Skład Główny, 1937.
- SIEGEL, Stanislaw. *Ceny w Warszawie w latach 1701-1815*. Lwow: Skład Główny, 1936.

SIEGEL, Stanislaw. *Ceny w Warszawie w Latach 1816-1914*. Poznan: Sklad Glowny, 1949.

TOMASZEWSKI, E. *Ceny w Krokowie w latach 1601-1795*. Lwow: Sklad Glówny, 1934.

Estados Unidos:

BERRY, Thomas S. *Western prices before 1861: a study of the Cincinnati market*. Cambridge: Harvard University Press, 1943.

BERRY, Thomas S. Wholesale commodity prices in the Ohio River Valley, 1816-1860. *Review of Economic Statistics*, vol. 17 (1935), pp. 2-18.

BEZANSON, Anne, Robert D. Gray, and Miriam Hussey. *Prices in Colonial Pennsylvania*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1935.

BEZANSON, Anne. *Prices and Inflation during the American Revolution: Pennsylvania 1770-1790*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1951.

BEZANSON, Anne. *Wholesale Prices in Philadelphia 1784-1861*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1936-1937.

COLE, Arthur H. *Whole sale commodity prices in the United States, 1700-1861*. Cambridge: Harvard University Press, 1938, 2. vols.

CRANDALL, Ruth. Wholesale commodity prices in Boston during the eighteenth century. *Review of Economic Statistics*, vol. 16 (1934), pp. 117-128/178-183.

TAYLOR, George R. Wholesale commodity prices at Charleston, South Carolina, 1732-91/1796-1861. *Journal of Economic and Business History*, vol 4 (1932), pp. 356-77/848-68 e apêndice.

WARREN, G. F., PEARSON, F. A & STOKER, Herman M. *Wholesale prices for 213 years, 1720-1932*. Ithaca: Cornell University Agricultural Experiment Station, Memoir 142, 1932.

França

D'AVENEL, Georges. 1894-1926. *Histoire économique de la propriété, des salaires, des denrées et de tous les prix en général, depuis l'an 1200 jusqu'à l'an 1800*. Paris, 1894-1926.

HAUSER, Henri. *Recherche et documents sur l'histoire des prix en France de 1500 à 1800*. Paris: Les presses Modernes, 1936. [Genève: Slatkine reprints, 1985].

Índia

DIVEKAR, V. D. *Prices and Wages in Pune Region in a Period of*

Transition, 1805-1830 A.D. Pune: Gokhale Institute of Politics and Economics, 1989.

MOOSVI, Shireen. *The Economy of the Mughal Empire c. 1595 – a statistical study*. Delhi: Oxford University Press, 1987.

Alemanha

ELSAS, Moritz J. *Umriss einer Geschichte der Preise und Löhne in Deutschland vom ausgehenden Mittelalter bis zum Beginn des neunzehnten Jahrhunderts*. Leiden: Sijthoff, 1936-1949, 2. vols.

JAKOBS, Alfred & RICHTER, Hans. Die Grosshandelspreise in Deutschland von 1792 bis 1934. *Vierteljahrshefte zur Konjunkturforschung*. Sonderheft n. 37 (1935).

PRIBRAM, Alfred. F. *et al. Materialien zur Geschichte der Preise und Löhne in Österreich*. Viena: C. Veberreuters Verlag, 1938.

Espanha

FELIU I MONTFORT, Gaspar. *Precios y Salarios en la Cataluña Moderna*. Madrid: Banco de España, 1991.

HAMILTON, Earl J. *American Treasure and the Price Revolution in Spain, 1501-1650*. Cambridge: Harvard University Press, 1934.

HAMILTON, Earl J. *Money, Prices, and Wages in Valencia, Aragon, and Navarre, 1351-1500*. Cambridge: Harvard University Press, 1936.

HAMILTON, Earl J. *War and Prices in Spain, 1651-1800*. Cambridge: Harvard University Press, 1947.

Dinamarca

FRIIS, A. & GLAMANN, K. *A History of Prices and Wages in Denmark, 1660-1800*. London: Longmans Green, 1958.

Rússia

HELLIE, Richard. *The Economy and Material Culture of Russia, 1600-1725*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.

MIRONOV, Boris Nikolaevich. *Khlebnye tseny za dva stoletii (XVIII-XIX vv.)*. [preços dos cereais ao longo de dois séculos, séculos XVIII-XIX] Leningrad: Izdatel'stvo "Nauka," Leningradskoe otdelenie, 1985.

Portugal

GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et Monnaies au Portugal, 1750-1850*. Paris: Librairie Armand Colin, 1955.

Turquia

Para uma história dos preços do período colonial: questões de método

PAMUK, Şevket. *Istanbul ve Diğer Kentlerde 500 Yıllık Fiyatlar ve Ücretler, 1469-1914* [500 anos de preços e salários em Istanbul e outras cidades]. Ankara: State Institute of Statistics of Turkey, 2000.

Países Baixos

POSTHUMUS, Nicolaas W. *Nederlandsche prijsgeschiedenis*. Leiden: E. J. Brill, 1943 [ed. inglesa: *Inquiry into the History of Prices in Holland; wholesale prices at the Exchange of Amsterdam, 1585-1914. Rates of exchange at Amsterdam, 1609-1914*. Leiden: E. J. Brill, 1946].

VAN ZANDEN, Jan Luiten. Forthcoming. "Towards a Second Generation of Consumer Price Indices for the Early Modern Period: Experiments with New Data for the Western Part of the Netherlands." Forthcoming in Robert C. Allen, Tommy Bengtsson, and Martin Dribe (eds.), *New Evidence on the Standard of Living in Europe and Asia*. Oxford University Press, s. d.

Chile

RAMÓN, Armando de & LARRAIN MELO, José Manuel. *Orígenes de la Vida Económica Chilena 1659-1808*. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 1982.